

Introdução

A. ACIDENTES DE TRÂNSITO/TRANSPORTE/TRÁFEGO. ALGUNS CONCEITOS IMPORTANTES

Apesar de poderem existir algumas sutilezas nas definições de acidentes de trânsito/transporte e tráfego, neste trabalho, as expressões são usadas como sinônimas, ficando claro, entretanto, que o termo de referência é, sempre, o transporte terrestre.

Acidente de transporte, *lato sensu* é todo acidente que envolve um veículo destinado, ou usado no momento do acidente, principalmente para o transporte de pessoas ou de mercadorias, de um lugar para outro.

Acidente de trânsito é o acidente com veículo, ocorrido na via pública, sendo esta entendida como a largura total entre dois limites de propriedade e todo terreno ou caminho aberto ao público para circulação de pessoas ou bens de um lugar para outro.

Esses conceitos são oferecidos pela Organização Mundial da Saúde – OMS¹ – tendo sido acatados pelo governo brasileiro e reproduzidos pelo Ministério da Saúde, em sua Política Nacional de Redução de Morbimortalidade por acidentes e violências.²

Para o Departamento Nacional de Trânsito³, acidente de trânsito é todo evento não intencional, envolvendo pelo menos um veículo, motorizado ou não, que circula por uma via para trânsito de veículos.

¹ Organização Mundial da Saúde. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 10ª Revisão. EDUSP/CBCD, 1995.

² Ministério da Saúde. Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. Portaria MS/GM nº 737 de 16.05.2001 publicada na DOU nº 96, seção IE, de 18.05.01. Brasília, 2001.

³ Ministério da Justiça. DENATRAN. Instrução básica de estatística para o trânsito. Brasília: [s.n]. 2001.

Os acidentes de trânsito e os de transporte terrestre, em geral, constituem-se, hoje, em um grave problema de Saúde Pública, e a OMS prevê que seus efeitos crescerão se a segurança no trânsito não for adequadamente trabalhada pelos Estados Membros.⁴

Nesse sentido, a importância da Medicina de Tráfego, definida como especialidade médica, propõe-se a contribuir para a prevenção desses acidentes, encontrar meios de diminuir as suas consequências e colaborar para a melhor organização educacional e legal do tráfego.⁵

⁴ World Health Organization. World report on road traffic injury prevention. Geneva, 2004.

⁵ Carvalho, HV de. Conceito e finalidades da Medicina de Tráfego. Revista da ABRAMET, 1999; 30:36-42.

B. O SETOR SAÚDE NESSE CONTEXTO

O problema do trânsito, no Brasil, constitui-se em um verdadeiro mosaico para a formação do qual concorrem diversos setores ou áreas – governamentais ou não – como segurança, engenharia ligada à indústria automobilística e aos transportes, educação, legislação, medicina curativa e preventiva, entre outras.

Com relação aos acidentes, sua complexidade reside no fato de eles serem causados por um conjunto de circunstâncias e fatores ambientais, ligados ao usuário, ao veículo e à via pública.

Neste aspecto, é sobre o setor saúde que vai recair o maior ônus de todas as suas consequências. É o setor saúde quem vai cuidar dos feridos, contabilizar as mortes e arcar com os importantes aspectos ligados às sequelas, não poucas vezes irreversíveis.¹

Pelo número de pessoas envolvidas, os serviços hospitalares e os atendimentos de emergência congestionam-se e os custos daí decorrentes são imponderáveis. Trabalho realizado com os dados de internações pagas pelo Sistema Único de Saúde – SUS – mostrou que as hospitalizações por lesões decorrentes de acidentes de trânsito são mais onerosas que aquelas consequentes a outros acidentes e violências e que as causas naturais em conjunto.²

Por outro lado, visto que a mortalidade ocorre em uma população fundamentalmente jovem – e com frequências elevadas – o indicador de Saúde “Anos potenciais de vida perdidos” é bastante afetado, o que faz com que haja influência importante na esperança de vida do país.

Isso posto, fica fácil entender o impacto dos acidentes de trânsito no setor saúde, por meio de suas repercussões na mortalidade, na morbidade e nos gastos que esse setor despende para o atendimento da população lesionada ou ferida.

¹ Mello Jorge, MH e Koizumi, MS. Acidentes de Transporte: ainda um problema não resolvido. Revista da ABRAMET, 2006; 48: 49-54.

² Mello Jorge, MH e Koizumi, MS. Gastos governamentais com internações hospitalares por causas externas: uma análise no Estado de São Paulo. Revista Brasileira de Epidemiologia, 2004; 7(2): 228-238.

C. A VISÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS

Os acidentes de transporte são estudados, pela OMS, na Classificação Internacional de Doenças, atualmente em sua 10ª Revisão¹, dentro do capítulo XX – Causas Externas de Mortalidade e de Morbidade – especificados nas categorias V01 a V99, obedecendo aos agrupamentos especificados no Quadro 1.

Quadro 1 – Agrupamento dos códigos para acidentes de transporte, segundo a CID-10

Código	Especificação
V01-V09	Pedestre traumatizado em acidente de transporte
V10-V19	Ciclista traumatizado em acidente de transporte
V20-V29	Motociclista traumatizado em acidente de transporte
V30-V39	Ocupante de triciclo motorizado traumatizado em acidente de transporte
V40-V49	Ocupante de automóvel traumatizado em acidente de transporte
V50-V59	Ocupante de caminhonete traumatizado em acidente de transporte
V60-V69	Ocupante de veículo de transporte pesado traumatizado em acidente de transporte
V70-V79	Ocupante de ônibus traumatizado em acidente de transporte
V80-V89	Outros acidentes de transporte terrestre
V90-V94	Acidentes de transporte por água
V95-V97	Acidentes de transporte aéreo e espacial
V98-V99	Outros acidentes de transporte e os não especificados

É importante salientar que os códigos V01 a V89 referem-se a acidentes de transporte terrestre (ATT) e têm, como eixo classificatório, a qualidade da vítima (pedestre, ciclista, etc.). Os códigos V90 a V94 dizem respeito a acidentes de transporte por água e V95 a V97, aos de transporte aéreo.

Este trabalho estuda, especificamente, os acidentes de transporte terrestre (códigos V01 a V89). É importante registrar, entretanto, que a qualidade da informação, tanto de mortalidade quanto de internações hospitalares, no que tange a “acidentes de transporte não especificados” (V99) pode afetar a frequência dos acidentes especificados.

¹ Organização Mundial da Saúde – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 10ª Revisão, EDUSP/CBCD, 1995.

De se mencionar, também, que a OMS apresenta definições para cada um desses tipos¹. No que se refere, por exemplo, a motociclistas, estão englobados tanto os que dirigiam as motocicletas quanto os passageiros. Igual raciocínio é utilizado para os chamados “ocupantes”, grupo no qual se incluem motoristas e passageiros (códigos V40 a V79, relativos a veículos fechados).

A CID-10 apresenta, ainda, em seu Capítulo XIX, a possibilidade de conhecer os tipos (natureza) das lesões causadas pelos acidentes referidos no Quadro 1, quais sejam, por exemplo, fraturas, queimaduras, etc.

Tendo em vista que não se previne a lesão, mas o tipo de acidente que a causou, e a certeza de que a OMS tem em mente, sempre, essa meta, ao classificar as doenças e causas não naturais, na CID-10, essa Instituição determina que:

- na mortalidade, considera-se **causa básica de morte** “as circunstâncias do acidente responsáveis pelas lesões” relativas às especificações dos códigos do Capítulo XX. É esta, portanto, a causa codificada e apresentada nas tabulações de mortalidade;
- na morbidade, é importante fazer referência às lesões (seu tipo, natureza e segmento corpóreo afetado – referidos no capítulo XIX). No Brasil, a partir de 1998, é possível obter a dupla classificação do evento: as circunstâncias do acidente e o tipo de lesão causada pelo mesmo (Portaria Ministério da Saúde nº 142 de 13 de novembro de 1997).

D. FONTES DE DADOS PARA O ESTUDO DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO

Os dados sobre acidentes de trânsito, no Brasil, são oriundos de diferentes fontes. Neste trabalho foram utilizados:

1º) Dados sobre a **frota de veículos** que provêm do DENATRAN e se referem a qualquer tipo de veículo licenciado a cada ano. Estão disponíveis na internet segundo tipo de veículo, para cada Unidade da Federação e para o país. Relatam uma frota de pouco mais de 70 milhões de veículos, e o último dado disponível é de 2012 (<http://www.infoseg.gov.br/renaest/detalhe> Notícia.doc. cód 113).

2º) Dados sobre os **acidentes ocorridos no país** – coletados pelos DETRANS estaduais e compilados, em nível nacional, pelo DENATRAN. Referem-se a acidentes com vítimas e estão disponíveis na internet segundo tipo de acidente, fase do dia, zona rural ou urbana e número de vítimas, incluindo as que morreram no local do acidente. O número de acidentes com vítimas no país foi de cerca de 380.000 em 2005, o que projeta uma taxa de 208 acidentes com vítimas para cada 100 mil habitantes (<http://www.infoseg.gov.br/renaest/detalhe> Notícia.doc). Não há dados mais atuais.

3º) **Mortes por acidentes de trânsito** – dados coletados pelo Ministério da Saúde por meio do Sistema de Informações sobre Mortalidade. Referem-se às mortes ocorridas, *a qualquer tempo após o acidente* (e não somente no local do acidente). A informação, segundo a legislação do país, provém dos Institutos de Medicina Legal, onde são feitas as autópsias dos corpos de pessoas que morreram por qualquer causa não natural. Os dados estão disponíveis a partir de 1980 e mostram a ocorrência de cerca de 40 mil mortes/ano (taxa aproximada de 20 por cem mil habitantes). As causas de morte são apresentadas segundo a Classificação Internacional de Doenças, cuja 10ª Revisão entrou em vigor, no Brasil, em 1996 (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deptohtm.exe?sim/cnv>).

4º) Dados relativos a **internações hospitalares por lesões decorrentes de acidentes de trânsito** que se originam dos registros hospitalares e fazem parte de um Sistema Nacional de Informações (SIH/SUS) relativo a pacientes internados. Totalizam cerca de 160.000 internações/ano decorrentes de acidentes de trânsito/transporte e estão disponíveis em meio eletrônico segundo a natureza da lesão e o tipo de acidente responsável pela mesma (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deptohtm.exe?/cnv>).

5º) Dados sobre a **população brasileira** – oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – e adotados pela Rede Interagencial de Informações para a Saúde – RIPSA (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2006/matriz.htm>). Os dados de 2000 a 2011 foram provenientes de estimativas do Ministério da Saúde.

CONSIDERAÇÃO FINAL

Os dados provenientes dessas fontes são bastante úteis para análises epidemiológicas e de custos, além de importantes na tentativa de reversão do quadro dos acidentes de trânsito no país. Entretanto, apresentam, ainda, algumas limitações tanto do ponto de vista de sua cobertura quanto da melhoria da sua qualidade. Dessa forma, pesquisas com esses objetivos devem ser incentivadas, bem como todos os estudos tendentes ao relacionamento entre esses bancos de dados.

Nota: visto que as fontes utilizadas neste trabalho procederam à revisão de alguns de seus dados, existem pequenas diferenças entre a 2ª e a 1ª edição do Atlas.

E. O BRASIL: DADOS GLOBAIS

NOTA PRELIMINAR

Com um território de dimensões continentais, o Brasil é o maior país da América Latina e o quinto do mundo, em área total. Dono de grandes diversidades geográficas, econômicas e sociais, possui uma extraordinária unidade nacional, sedimentada pela língua portuguesa, falada em todas as regiões.¹

Área: 8.514.215,3 km²

Localização: ao Leste da América do Sul.

- Norte latitude +5°16'20" longitude –60°12'43" Nascente do Rio Ailã, Roraima.
- Sul latitude –33°45'03" longitude –53°23'48" Arroio Chuí, Rio Grande do Sul.
- Leste latitude –07°09'28" longitude –34°47'30" Ponta do Seixas, Cabo Branco.
- Oeste latitude –07°33'13" longitude –73°59'32" Nascente do Rio Moa, Acre.

População (2010): 190.755.799 habitantes

Regime de governo: república presidencialista

Divisão administrativa: 26 Estados e 1 Distrito Federal, 5.024 municípios

Os estados brasileiros são ainda agrupados em cinco grandes regiões político-administrativas: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Região Norte – ocupando 45% da área territorial do país, é composta por sete estados: Acre (AC); Amapá (AP); Amazonas (AM); Pará (PA); Rondônia (RO); Roraima (RR); Tocantins (TO).

Região Nordeste – ocupando 18% da área territorial, é composta por nove estados: Alagoas (AL); Bahia (BA); Ceará (CE); Maranhão (MA); Paraíba (PB); Pernambuco (PE); Piauí (PI); Rio Grande do Norte (RN); Sergipe (SE).

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (disponível em <http://www.ibge.gov.br>).

Região Sudeste – compreendendo 11% da área brasileira, é composta por quatro estados: Espírito Santo (ES); Minas Gerais (MG); Rio de Janeiro (RJ); São Paulo (SP).

Região Sul – abrangendo 7% do território, é composta por três estados: Paraná (PR); Rio Grande do Sul (RS); Santa Catarina (SC).

Região Centro-Oeste – ocupando 19% da área territorial, é composta por três estados: Goiás (GO); Mato Grosso (MT); Mato Grosso do Sul (MS), e Distrito Federal (DF).

Indicadores sociais estão disponíveis em meio eletrônico² e os indicadores de Saúde na Rede Interagencial de Informações para a Saúde³.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, indicador criado pelas Nações Unidas, vem sendo elaborado para o Brasil desde 1990.

Trata-se de uma medida resumida do progresso a longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

Em 2012, a medida para o Brasil foi de 0,730, ocupando, o país o posto nº 85 (<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking%20IDH%20Global%202012.html>). Quanto às Unidades da Federação, sobressaem, nos primeiros lugares, Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Paraná, (Quadro 2).

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (disponível em <http://www.ibge.gov.br>).

³ Departamento de Informática do SUS (disponível em <http://www.datasus.gov.br/cgi/ldb2006>).

Quadro 2 – Índice de Desenvolvimento Humano, Brasil, segundo Unidades da Federação, 2012

Posição	Nome	IDHM
1º	Distrito Federal	0,824
2º	São Paulo	0,783
3º	Santa Catarina	0,774
4º	Rio de Janeiro	0,761
5º	Paraná	0,749
6º	Rio Grande do Sul	0,746
7º	Espírito Santo	0,740
8º	Goiás	0,735
9º	Minas Gerais	0,731
10º	Mato Grosso do Sul	0,729
11º	Mato Grosso	0,725
12º	Amapá	0,708
13º	Roraima	0,707
14º	Tocantins	0,699
15º	Rondônia	0,690
16º	Rio Grande do Norte	0,684
17º	Ceará	0,682
18º	Amazonas	0,674
19º	Pernambuco	0,673
20º	Sergipe	0,665
21º	Acre	0,663
22º	Bahia	0,660
23º	Paraíba	0,658
24º	Piauí	0,646
24º	Pará	0,646
26º	Maranhão	0,639
27º	Alagoas	0,631

M.1 O BRASIL FÍSICO



M.2 O BRASIL POLÍTICO: UNIDADES DA FEDERAÇÃO E CAPITALS



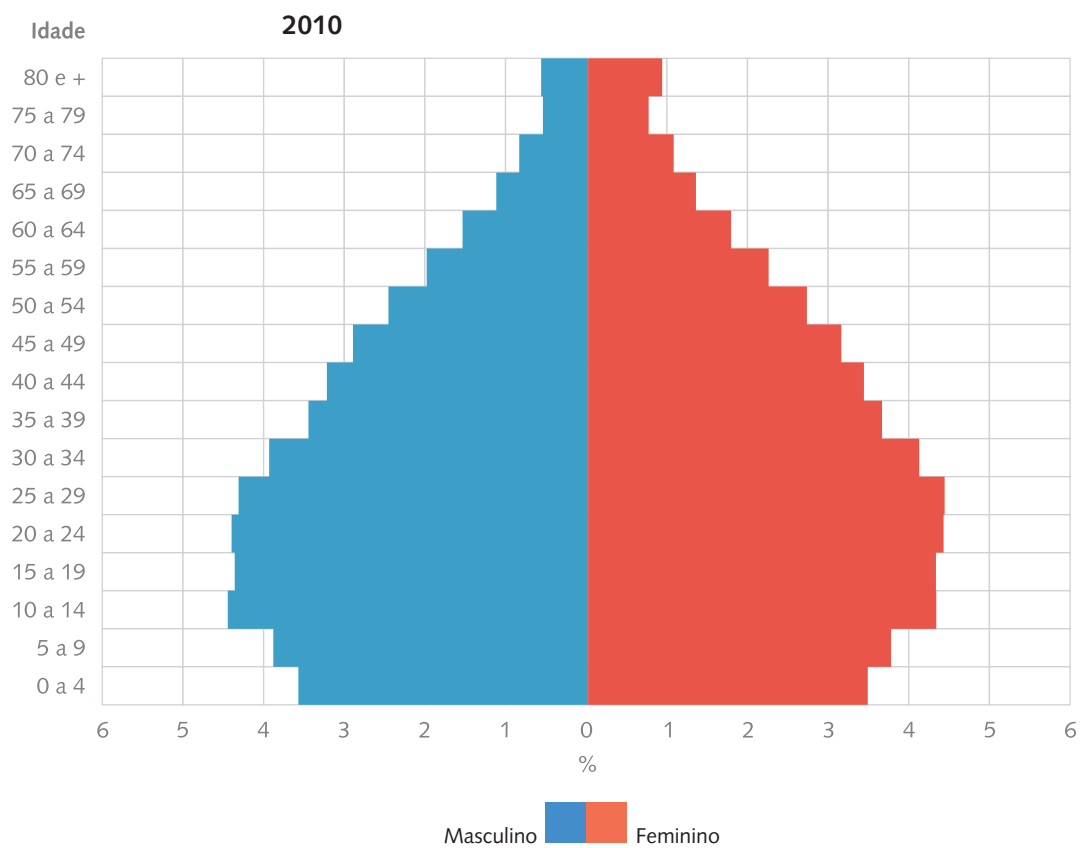
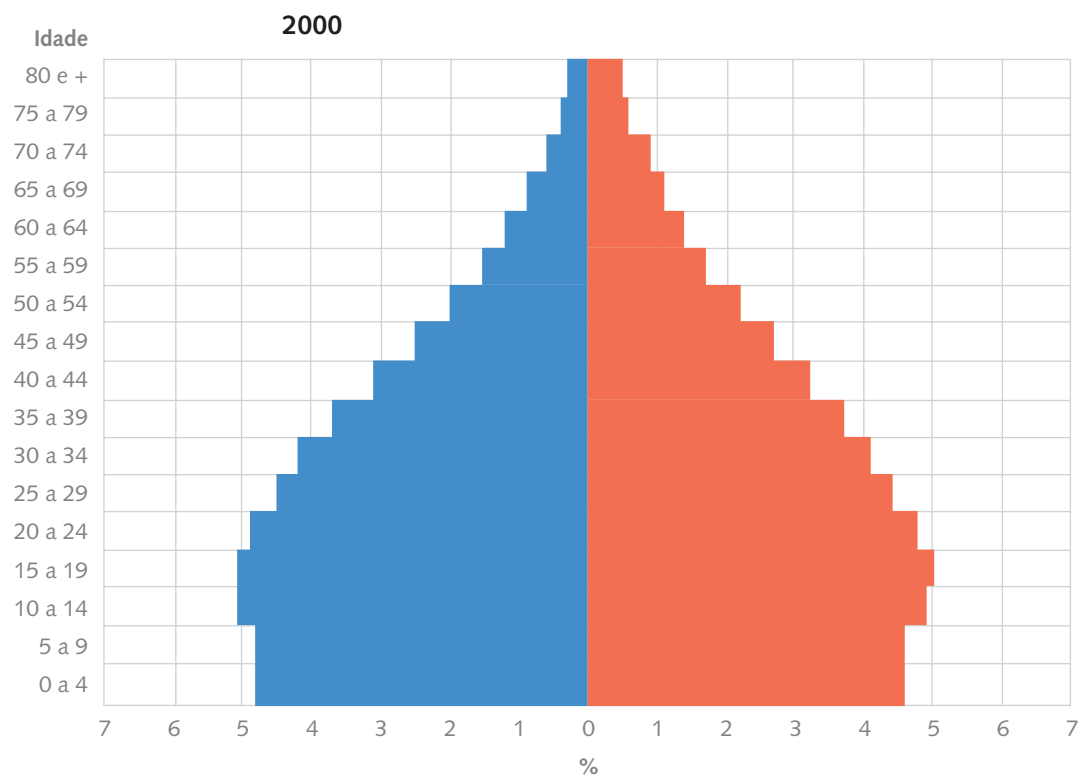
A POPULAÇÃO

T.1 – População total, taxa média de crescimento e densidade demográfica (número de habitantes por km²), Brasil, censos demográficos, 1872 a 2010.

Ano	População	Taxa média geométrica (%)	Densidade demográfica
1872	9.930.478	2,0	1,2
1890	14.333.915	2,0	1,7
1900	17.438.434	2,9	2,0
1920	30.635.605	1,5	3,6
1940	41.165.289	2,4	4,8
1950	51.941.767	3,0	6,1
1960	70.070.457	2,9	8,2
1970	93.139.037	2,5	10,9
1980	119.002.706	1,9	13,9
1991	146.825.475	1,6	17,2
2000	169.799.170	...	20,0
2010	190.755.799	...	22,4

Fonte: Laurenti e col. Estatísticas de Saúde, EPU, S. Paulo, 2006 e IBGE 2013.

G.1 – População segundo idade e sexo, Brasil, 2000 e 2010



T.2 – População total (censos e estimativas) segundo UF e Região, Brasil, 1996 a 2011

UF/Região	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Rondônia	1.229.306	1.255.538	1.276.181	1.296.832	1.379.787	1.399.933	1.425.505	1.449.737
Acre	483.593	500.198	514.059	527.926	557.526	571.125	584.374	598.059
Amazonas	2.389.279	2.460.606	2.520.694	2.580.839	2.812.557	2.883.850	2.948.832	3.018.219
Roraima	247.131	254.498	260.701	266.914	324.397	335.350	345.347	355.780
Pará	5.510.849	5.650.708	5.768.451	5.886.463	6.192.307	6.305.921	6.425.432	6.547.094
Amapá	379.459	401.906	420.839	439.783	477.032	495.920	514.252	532.552
Tocantins	1.048.642	1.080.749	1.107.806	1.134.879	1.157.098	1.178.168	1.201.721	1.224.969
Norte	11.288.259	11.604.203	11.868.731	12.133.636	12.900.704	13.170.267	13.445.463	13.726.409
Maranhão	5.222.183	5.295.442	5.356.831	5.418.354	5.651.475	5.720.887	5.793.746	5.865.035
Piauí	2.673.085	2.695.950	2.714.928	2.734.158	2.843.278	2.868.198	2.893.428	2.919.409
Ceará	6.809.290	6.920.307	7.013.382	7.106.612	7.430.661	7.535.112	7.641.961	7.747.063
Rio Grande do Norte	2.558.660	2.594.306	2.624.456	2.654.464	2.776.782	2.810.514	2.848.112	2.883.853
Paraíba	3.305.616	3.331.734	3.353.609	3.375.600	3.443.825	3.462.757	3.489.221	3.513.449
Pernambuco	7.399.071	7.466.811	7.523.764	7.580.807	7.918.344	7.994.916	8.071.436	8.149.863
Alagoas	2.633.251	2.663.049	2.688.112	2.713.175	2.822.621	2.851.805	2.882.781	2.913.401
Sergipe	1.624.020	1.657.162	1.684.915	1.712.745	1.784.475	1.814.291	1.843.008	1.871.849
Bahia	12.541.675	12.709.713	12.851.265	12.993.020	13.070.250	13.192.136	13.301.255	13.420.840
Nordeste	44.766.851	45.334.474	45.811.262	46.288.935	47.741.711	48.250.617	48.764.947	49.284.760
Minas Gerais	16.672.613	16.904.908	17.100.267	17.296.065	17.891.494	18.053.034	18.217.803	18.385.897
Espírito Santo	2.802.707	2.853.127	2.895.540	2.938.050	3.097.232	3.142.170	3.179.769	3.220.873
Rio de Janeiro	13.406.308	13.555.652	13.681.431	13.807.368	14.391.282	14.499.136	14.623.567	14.744.864
São Paulo	34.119.110	34.752.122	35.283.992	35.816.704	37.032.403	37.476.507	37.916.088	38.359.999
Sudeste	67.000.738	68.065.809	68.961.230	69.858.187	72.412.411	73.170.847	73.937.227	74.711.634
Paraná	9.003.804	9.142.202	9.258.789	9.375.665	9.563.458	9.646.490	9.727.016	9.810.026
Santa Catarina	4.875.244	4.958.310	5.028.265	5.098.440	5.356.360	5.421.568	5.487.691	5.552.380
Rio Grande do Sul	9.634.688	9.762.115	9.867.088	9.971.738	10.187.798	10.258.678	10.333.059	10.408.320
Sul	23.513.736	23.862.627	24.154.142	24.445.843	25.107.616	25.326.735	25.547.766	25.770.726
Mato Grosso do Sul	1.927.834	1.964.578	1.995.578	2.026.628	2.078.001	2.106.302	2.137.709	2.169.436
Mato Grosso	2.235.832	2.287.857	2.331.642	2.375.581	2.504.353	2.554.802	2.601.181	2.650.986
Goiás	4.514.967	4.639.734	4.744.193	4.848.759	5.003.228	5.104.936	5.203.282	5.305.769
Distrito Federal	1.821.946	1.877.015	1.923.404	1.969.867	2.051.146	2.092.752	2.142.920	2.189.522
Centro-Oeste	10.500.579	10.769.184	10.994.817	11.220.835	11.636.728	11.858.792	12.085.093	12.315.713
Brasil	157.070.163	159.636.297	161.790.182	163.947.436	169.799.170	171.777.257	173.780.496	175.809.241

continua

T.2 – População total (censos e estimativas) segundo UF e Região, Brasil, 1996 a 2011 (continuação)

UF/Região	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Rondônia	1.474.568	1.493.575	1.519.024	1.545.213	1.501.358	1.521.545	1.562.409	1.581.328
Acre	611.975	651.840	667.584	683.621	683.621	699.273	733.559	753.712
Amazonas	3.088.883	3.145.941	3.219.110	3.293.561	3.358.527	3.433.146	3.483.985	3.558.620
Roraima	366.366	380.861	392.141	403.576	414.937	426.439	450.479	465.336
Pará	6.671.634	6.784.315	6.913.030	7.044.868	7.359.691	7.518.175	7.581.051	7.734.337
Amapá	551.092	578.688	598.628	618.708	616.363	633.954	669.526	692.426
Tocantins	1.248.707	1.270.815	1.295.446	1.320.589	1.287.190	1.307.213	1.383.445	1.406.732
Norte	14.013.225	14.306.035	14.604.962	14.910.136	15.221.687	15.539.748	15.864.454	16.192.491
Maranhão	5.937.534	6.022.240	6.096.902	6.172.215	6.172.468	6.240.079	6.574.789	6.672.422
Piauí	2.946.020	2.966.932	2.993.244	3.020.039	3.053.860	3.082.414	3.118.360	3.144.610
Ceará	7.853.769	7.989.697	8.100.694	8.212.261	8.272.189	8.377.212	8.452.381	8.559.790
Rio Grande do Norte	2.920.202	2.963.137	3.000.607	3.038.381	3.040.873	3.075.046	3.168.027	3.208.073
Paraíba	3.538.428	3.548.069	3.571.853	3.596.062	3.663.623	3.694.739	3.766.528	3.797.772
Pernambuco	8.230.153	8.301.805	8.382.111	8.463.499	8.549.869	8.634.541	8.796.448	8.887.257
Alagoas	2.944.606	2.975.827	3.007.418	3.039.314	3.061.554	3.093.133	3.120.494	3.150.754
Sergipe	1.901.056	1.941.671	1.972.415	2.003.282	1.957.180	1.979.458	2.068.017	2.097.843
Bahia	13.538.345	13.631.690	13.752.437	13.874.963	14.196.516	14.345.464	14.016.906	14.110.271
Nordeste	49.810.114	50.341.068	50.877.682	51.420.015	51.968.130	52.522.086	53.081.950	53.628.792
Minas Gerais	18.556.067	18.701.249	18.872.768	19.046.854	19.483.539	19.691.345	19.597.330	19.766.456
Espírito Santo	3.262.266	3.313.362	3.356.418	3.399.689	3.389.876	3.427.440	3.514.952	3.558.778
Rio de Janeiro	14.867.989	14.954.656	15.077.200	15.201.849	15.579.278	15.736.496	15.989.929	16.158.155
São Paulo	38.807.830	39.315.599	39.777.475	40.242.833	40.254.352	40.676.130	41.262.199	41.703.283
Sudeste	75.494.152	76.284.865	77.083.861	77.891.225	78.707.046	79.531.411	80.364.410	81.186.672
Paraná	9.893.805	9.976.154	10.061.217	10.147.114	10.365.674	10.466.848	10.444.526	10.532.256
Santa Catarina	5.617.450	5.703.266	5.771.189	5.839.310	5.924.282	5.993.114	6.248.436	6.341.948
Rio Grande do Sul	10.484.377	10.543.081	10.618.943	10.695.772	10.625.100	10.689.986	10.693.929	10.740.011
Sul	25.995.632	26.222.501	26.451.349	26.682.195	26.915.056	27.149.948	27.386.891	27.614.215
Mato Grosso do Sul	2.201.873	2.224.393	2.257.254	2.291.033	2.308.867	2.343.457	2.449.024	2.488.658
Mato Grosso	2.701.684	2.753.636	2.806.373	2.860.058	2.923.305	2.979.989	3.035.122	3.092.385
Goiás	5.410.279	5.520.411	5.629.164	5.739.908	5.776.963	5.883.394	6.003.788	6.111.319
Distrito Federal	2.236.898	2.291.798	2.341.523	2.392.050	2.527.394	2.588.007	2.570.160	2.628.783
Centro-Oeste	12.550.733	12.790.239	13.034.315	13.283.049	13.536.529	13.794.847	14.058.094	14.321.145
Brasil	177.863.856	179.944.708	182.052.169	184.186.621	186.348.448	188.538.041	190.755.799	192.943.315

M.3 POPULAÇÃO SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES, BRASIL, 2011



